

## GESTÃO PATRIMONIAL EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

### ASSET MANAGEMENT IN FEDERAL EDUCATION INSTITUTIONS

**Regina Célia de Lima<sup>1</sup>**

**Adriano Willian da Silva<sup>2</sup>**

**RESUMO:** O presente artigo trata da análise da gestão patrimonial em duas instituições públicas de ensino, a Universidade Federal do Paraná-UFPR e o Instituto Federal do Paraná-IFPR. O principal objetivo da pesquisa foi mapear o processo de controle patrimonial dessas instituições. Traçou-se um quadro comparativo a fim de analisar os critérios adotados quanto a gestão patrimonial. Dentre eles, foram analisados: os fluxos, os controles, os sistemas operacionais e o levantamento dos problemas existentes. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória e qualitativa. Realizou-se entrevista não estruturada com os responsáveis pela Gestão Patrimonial nas Instituições a fim de propiciar melhor embasamento ao estudo. Elaborou-se um questionário com quinze perguntas abertas que foram encaminhadas, por meio eletrônico, à trinta servidores que atuam na gestão patrimonial das Instituições pesquisadas. Como técnica para análise dos resultados, utilizou-se a análise de conteúdo de acordo com as etapas apresentada por Bardin. O resultado da pesquisa trouxe à tona diversas dificuldades que o setor patrimonial enfrenta para gerenciar os bens públicos. A falta de comprometimento dos servidores no cuidado com o material, inventariar os bens e controlá-los, sistemas patrimoniais pouco eficientes e a falta de capacitação dos servidores estão dentre as dificuldades encontradas. Ambas as instituições possuem praticamente os mesmos problemas, embora sejam instituições com tempo de vida diferenciados, as dificuldades convergiram. Uma ferramenta que orientasse e padronizasse os procedimentos patrimoniais seria, na opinião dos pesquisados, de grande auxílio na tomada de decisões e no gerenciamento dos bens permanentes em Instituições Públicas de Ensino.

**Palavras-chave:** Patrimônio Público; Gestão Patrimonial; Manual; Bens Móveis, Controles Patrimoniais.

**Abstract:** This article deals with the analysis of wealth management in two public educational institutions, the Federal University of Paraná-UFPR and the Federal Institute of Paraná-IFPR. The main objective of the research was to map the patrimonial control process of these institutions. A comparative framework was drawn up to analyze the criteria adopted for asset management. Among them, the following were analyzed: flows, controls, operating systems, and a survey of existing problems. As a methodology, bibliographic, descriptive, exploratory, and qualitative research was used. An unstructured interview was carried out with those responsible for Asset Management in Institutions to provide a better basis for the study. A questionnaire was elaborated with fifteen open questions that were sent, by electronic means,

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – IFPR (2019). Chefe da Unidade de Patrimônio da Universidade Federal do Paraná. [regina.69.lima@gmail.com](mailto:regina.69.lima@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Física (UFPR), docente do PROFEPT/IFPR, Dir. do IFPR/Campus Curitiba–[adriano.silva@ifpr.edu.br](mailto:adriano.silva@ifpr.edu.br)

to thirty servers that work in the patrimonial management of the researched Institutions. As a technique for analyzing the results, we used content analysis according to the steps presented by Bardin. The survey result brought to light several difficulties that the property sector faces in managing public assets. The lack of commitment of the servants in taking care of the material, inventorying the goods, and controlling them, inefficient patrimonial systems, and the lack of training of the servants are among the difficulties encountered. Both institutions have practically the same problems, although they are institutions with different lifetimes, the difficulties converged. A tool that would guide and standardize property procedures would, in the opinion of those surveyed, be of great help in decision-making and in the management of permanent assets in Public Education Institutions.

**Keywords:** Public Heritage; Asset Management; Manual; Movable Property, Assets Controls

## 1 INTRODUÇÃO

A Administração é uma ciência social, que segundo Biazon e Silva (2013) precisa se apoiar em um tripé harmonioso, deve abranger recursos financeiros, materiais e humanos e estes fatores dependentes entre si, tornam a gestão de empresas, tanto privadas quanto públicas, muito mais produtivas.

Na perspectiva de Martins e Alt (2009), trata-se do processo pelo qual se consiga que as tarefas sejam realizadas de maneira eficiente e eficaz, com e por meio de outras pessoas. Para isto, importante considerar sempre as funções clássicas da administração que são: o planejamento, a organização, a direção e o controle.

Nas organizações públicas define-se administração como sendo um conjunto de órgão, serviços e agentes públicos, que visam desenvolver todas as atividades, tarefas e funções, objetivando o atendimento das necessidades da sociedade, em diversas áreas, como cultura, segurança, saúde, esporte, lazer, ou seja, de acordo com Matias, (2015, p 18) a “gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos”.

E, para se alcançar excelência na prestação de serviços na Administração Pública, de acordo com Lima *et al*, (2019), é muito importante resgatar a confiança das pessoas no Governo, melhorando a prestação dos serviços, constituindo uma gestão pública transparente,

motivadora e de qualidade, aproximando pessoas, apoiando a inovação e a criatividade, premiando o bom desempenho, disseminando as boas práticas no serviço público, divulgando os resultados alcançados e com o engajamento de todos os agentes públicos, servidores, políticos e gestores, nesta tarefa.

Dentre as atividades realizadas em Órgãos Públicos, a gestão do patrimônio público, tema em pauta deste artigo, mereceu destaque nos últimos tempos. Administrar e gerenciar patrimônio necessita de eficiência no sistema e infraestrutura, pessoal capacitado, treinado e disposto, além de suporte logístico suficientes para se alcançar bons resultados, minimizando problemas e desperdício de recursos financeiros e de tempo.

A gestão de recursos patrimoniais, de acordo com Martins e Alt (2009, p. 05), trata da sequência de operações que tem início na “identificação do fornecedor, passando pela compra e recebimento do bem, para depois lidar com sua conservação, manutenção ou, quando for o caso, alienação”.

No setor público a gestão patrimonial está vinculada ao regime legal e no interesse público, o gestor só poderá tomar decisões e fazer aquilo que estiver estabelecido em lei, ou seja, no que a lei permitir e o autorizar fazer.

Desta forma e de acordo com Coutinho (2005), os gestores dos bens públicos têm como obrigação e dever cuidar e zelar pela guarda de todos os materiais que estão sob sua responsabilidade, buscando sempre os melhores resultados, os mais eficientes, promovendo o aprimoramento do patrimônio da Instituição, buscando atender os princípios norteadores da Administração Pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a eficiência, a publicidade, a transparência e o interesse público.

O significado de patrimônio em uma instituição privada ou pública, de acordo com Lima (2019, p. 19) difere no tocante ao volume quantitativo dos bens que uma instituição possui. Gerir este patrimônio necessita de controles eficientes, do conhecimento das tarefas administrativas e de um sistema operacional confiável, função esta que exige muita atenção e trabalho.

Com base neste pressuposto, a proposta deste artigo é trazer tópicos significativos sobre a gestão do patrimônio público.

A pesquisa de campo foi realizada em duas Instituições Federais de Ensino, o Instituto Federal do Paraná - IFPR e a Universidade Federal do Paraná - UFPR, com o intuito de traçar um comparativo da gestão patrimonial nestas duas instituições e fornecer elementos para a elaboração de um produto educacional que possibilitasse aos agentes responsáveis pela gestão patrimonial nestas Instituições o conhecimento do tema que os norteasse nas suas decisões.

A escolha destas Instituições se deu pelo fato da semelhança encontrada, ambas são Instituições Federais de Ensino, públicas, estão sob a égide do mesmo Ministério da Educação e Cultura - MEC. O recurso destinado a estas Instituições são oriundas do Orçamento Público e do Governo Federal, a estrutura é basicamente a mesma e ambas adotam o tripé indissolúvel da Educação, ou seja: Ensino, Pesquisa e Extensão. Possuem em seu quadro alunos, estagiários, Professores, servidores Técnico Administrativos, colaboradores terceirizados.

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados encontrados na pesquisa realizada nestas Instituições, as semelhanças e diferenças encontradas na gestão do patrimônio público, as dificuldades que os responsáveis pelo gerenciamento enfrentam, buscando elementos mais adequados para se gerir o patrimônio nas Instituições Federais de Ensino, tornando-o mais eficiente, eficaz e transparente.

Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória e qualitativa. Realizou-se pesquisa de campo com entrevista não estruturada junto aos responsáveis pela Gestão Patrimonial nas Instituições a fim de propiciar melhor embasamento ao estudo. Por meio de um questionário com quinze perguntas abertas, trinta servidores, que atuam na gestão patrimonial das Instituições pesquisadas, responderam à pesquisa

descrevendo suas impressões sobre a gestão patrimonial nas instituições estudadas.

A metodologia utilizada para análise das respostas dadas às perguntas foi a Análise de Conteúdo (Quadro1), que trata de técnica de análise das comunicações, investiga o que foi dito nas entrevistas ou o que o pesquisador observou durante a entrevista. Na análise do material, classifica-se em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 03). Para elaboração desta análise, levou-se em conta as etapas apresentadas por Bardin (2011), pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação

Como resultado, a pesquisa trouxe à tona diversas dificuldades que o setor patrimonial encontra para gerenciar os bens públicos, diante da falta de comprometimento dos servidores usuários do material, problemas em se inventariar os bens e controlá-los, sistemas patrimoniais de controle pouco eficientes, a falta de colaboração e entendimento, destacando-se a necessidade de capacitação dos servidores responsáveis pela área patrimonial para enfrentamento destas dificuldades.

Em ambas as instituições esse encontrou praticamente os mesmos problemas, embora tenham tempo de existência diferentes, as dificuldades convergiram. Na opinião dos pesquisados, uma ferramenta que orientasse, padronizasse os procedimentos patrimoniais seria de grande auxílio na tomada de decisões, na compreensão dos objetivos e obrigações legais no tocante a cuidado e gerenciamento dos bens permanentes em Instituições Públicas de Ensino.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

As instituições pesquisadas são Instituições Públicas de Ensino que adotam o tripé da Educação, que são: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Recebem recursos públicos advindos do Governo Federal através do Ministério

do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, estabelecido no mesmo Orçamento Público, que são destinados à manutenção da infraestrutura física, financeira, patrimonial e de recursos humanos o que possibilita o seu funcionamento.

## 2.1 Instituto Federal do Paraná– IFPR

Em dezembro de 2008, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Instituto Federal do Paraná – IFPR, foi criado em 19 de março, no mesmo ano dessa Lei. Isto ocorreu quando o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, autorizou a implantação do Instituto Federal do Paraná a partir da estrutura da Escola Técnica, que era, à época, unidade responsável na Universidade Federal do Paraná, pela oferta de cursos técnicos. Com isso, a Escola Técnica foi autorizada a desvincular-se da UFPR para aderir, sediar e implantar o Instituto Federal.

No ano seguinte, o primeiro Reitor do IFPR, Prof. Alípio Leal, inicia a instalação provisória da nova Reitoria, buscando espaço para acomodar o Campus Curitiba e dar continuidade na instalação dos Campus Paranaguá e Foz do Iguaçu. Em seguida, aprova o estatuto do IFPR e sua regularização perante os órgãos do governo. (IFPR, 2019)

## 2.2 Universidade Federal do Paraná– UFPR

A mais antiga Universidade Federal do Brasil, foi criada em 19 de dezembro de 1912. Em 1913, a Universidade começou a funcionar como

instituição particular. Os primeiros cursos ofertados foram Ciências Jurídicas e Sociais; Engenharia; Medicina e Cirurgia; Comércio; Odontologia; Farmácia e Obstetrícia. Após ter fundado a Universidade do Paraná, Victor Ferreira do Amaral, primeiro Reitor, iniciou, com empréstimos, a construção do prédio central, na Praça Santos Andrade, em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Em 1946, iniciou-se processo para federalização da UFPR, quando o então Reitor, Prof. Dr. Flávio Suplicy de Lacerda mobilizou as lideranças do Estado para conquistar tal pleito. Em 1950, então, passou-se a chamar Universidade Federal do Paraná, uma instituição pública e gratuita. Adotou-se o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, norteando as atividades da universidade em direção ao desenvolvimento da comunidade em que está inserida. (UFPR, 2019)

### **2.3 Gestão Patrimonial**

Muitos autores acreditam que administrar o patrimônio público não é tarefa das mais fáceis. Franceschini e Gurgel (2002), Martins (2000), Pozo (2010), Martins e Alt (2009), Vicelli e Markoski (2013), após suas análises, afirmam que, dentre as tarefas em Instituições Públicas, esta é a que requer maior esforço, conhecimento, controle, cuidado e o envolvimento de todas as pessoas que possuem sob sua responsabilidade bens móveis e tem como incumbência a gestão patrimonial.

Os materiais de natureza permanente, são muitas vezes considerados como riqueza e frequentemente tratados como sinônimos para recursos. Como exemplo, um veículo é considerado como um bem (móvel), mas em uso é tratado como recurso para se atingir um fim. Os bens patrimoniais podem ser entendidos como instalações, prédios, terrenos, equipamentos e veículos das organizações. (LIMA, 2019)

A Gestão Patrimonial é um tema que a muito pouco tempo vem sendo tratado pela Administração Pública. O olhar dos gestores públicos sempre foi muito mais voltado para as questões de cunho orçamentário e financeiro do que para as questões relacionadas ao patrimônio público, estas sempre foram deixadas em segundo plano.

No entanto, a Legislação já estabelece diretrizes que determinam qual a responsabilidade do servidor com o bem público, como cuidar, zelar e preservar este material, prevendo punições para quem não cumprir o que indica a Lei.

O Estatuto do Servidor Público, Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 versa em seu Art. 116, item VII que o servidor deve “zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público” e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 70 e seu parágrafo único estabelece que:

**Art. 70.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

**Parágrafo único. Prestará contas** qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária. (CF, 1988)

Portanto, a Legislação já traz em seu escopo as obrigações e deveres de todo servidor com o patrimônio público, são Leis, normativas que já vem de longa data, no entanto, nunca foi dada a devida atenção pelos Órgãos Governamentais e nem mesmo pelos gestores das Instituições Públicas.

Desta forma, Barbosa (2013, p. 17) afirma que o Setor de Patrimônio passou de “coadjuvante a personagem principal” nesta temática. E isto exigiu que os servidores públicos tornassem o cuidado e o zelo pelo material público muito mais acurado e eficiente, pois, muitos deles não fazem ideia do montante em recurso que é despendido para estas aquisições e nem mesmo as tratativas que devem ser tomadas para o cuidado com estes materiais.

E, para que o cuidado seja eficiente, Matias (2015, p. 111) afirma que, “para aperfeiçoar a gestão patrimonial é necessário disciplinar e uniformizar procedimentos através de processos bem definidos”. Agindo assim, segundo o autor, atinge-se transparência do controle dos bens e eficiência nestes controles.

As Instituições Públicas de Ensino precisam se renovar, muito principalmente no tocante ao controle de seus bens móveis. Estas Instituições possuem um setor que realiza o controle patrimonial no qual são geridos vultosos recursos patrimoniais, imprescindíveis para que funcionem, possibilitando prestarem à sociedade um serviço de qualidade.

O grande problema que fica evidenciado nestes órgãos, é que, cada setor define suas próprias regras de gestão patrimonial. Muitas são as formas adotadas para se gerir o patrimônio nas Instituições Públicas de Ensino, bem como, são vários os sistemas de controle usados. Cada setor realizando o controle patrimonial de uma forma diferente não se obtém um procedimento padrão que auxilie neste controle. Uma solução que parece viável, segundo Bernardes (2009), seria homogeneizar os conhecimentos e os controles, fazendo-se uma análise da gestão patrimonial nas Instituições Públicas de Ensino.

Levando-se em consideração esta perspectiva de homogeneização de controle e conhecimento, Santos (2012) considera que os fatores sócios culturais e os comportamentais são os mais complexos no tocante às mudanças. Segundo o autor, o processo para o cuidado com o patrimônio público ainda é lento, embora já se perceba algumas mudanças, o caminho a ser trilhado ainda é longo, mas se vislumbra boa perspectiva no que tange a função patrimonial deixar de ser vista como atividade secundária.

Mesmo à passos lentos, a transformação da Gestão Patrimonial, em Instituições Públicas de Ensino, vem ocorrendo com a implantação de novas tecnologias que possibilitam maior controle sobre o bem público, com as mudanças legislativas conferindo mais embasamento legal para atividade

patrimonial, com as alterações socioculturais e comportamentais que vêm sendo adotadas e com a conscientização da importância que esta atividade representa numa Instituição Pública de Ensino, pois o volume de recursos utilizados para formar o acervo patrimonial são vultosos e devem ser considerados. (LIMA, 2019)

De acordo com Coutinho (2005), os gestores de bens públicos ou particulares, no setor público, têm a obrigação ou o dever de permanentemente conhecê-los e de zelar pela guarda, conservação e, sempre que couber, para obter melhores resultados a serem mais eficientes, promover o aprimoramento desse patrimônio.

O que ocorre é que, situações ou problema do cotidiano se apresentam ao responsável pela gestão patrimonial e na grande maioria das vezes essa pessoa não consegue de pronto resolver, e, quando consegue, não tem a certeza se a decisão tomada é a mais acertada.

Esta é a preocupação fundamental de qualquer instituição que adquira, guarde e gerencie materiais. O sucesso da administração de material só será alcançado mediante a integração das suas atividades básicas de planejamento, compras e armazenagem, ancorada numa eficiente política de materiais que defina normas, diretrizes e procedimentos voltados ao atendimento das necessidades da entidade (FRANCCISCHINI e GURGEL, 2002).

A Gestão Patrimonial é uma atividade que demanda tempo e esforços e mudar o pensamento em relação aos cuidados que se deve ter com o patrimônio público não é uma tarefa das mais fáceis, haja vista não se tratar de uma atividade secundária e os servidores precisam ter consciência disto, agindo assim, colaborarão para o bom andamento das questões patrimoniais. Santos (2012) expressa muito bem este pensamento nesta afirmação:

Quando as pessoas começam a se conscientizar da importância do controle patrimonial para a instituição, da conservação dos bens, da manutenção da etiqueta ou plaqueta de identificação, de informar ao patrimônio qualquer problema ou irregularidade ocorridos com os bens em seu poder e entendem o seu papel de detentor do mesmo,

estão colaborando direta ou indiretamente para o bom andamento da atividade patrimonial (SANTOS, 2012, p.15).

O convencimento das pessoas, fazê-las entender o porquê cuidar dos bens públicos torna muito mais complexo do que a manutenção dos próprios equipamentos e em razão disto, a gestão patrimonial tem recebido atenção crescente dos administradores. Todos os programas de incentivo à criatividade, reciclagem, treinamento periódico, atividades em grupo, workshops e apoio psicológico são formas de treinamento e orientação de pessoas, meios de se fazer compreender e conhecer esta atividade. (MARTINS e ALT, 2009).

Diante desta constatação e pelo fato de estar à frente da Unidade de Patrimônio da Universidade Federal do Paraná, sentindo o quanto é complexo gerenciar o patrimônio em Instituições de Ensino e a falta de padronização de procedimentos, foi o que motivou a autora na realização desta pesquisa, como tentativa de unificação do conhecimento e padrões, estabelecendo estratégias que auxiliassem as Instituições pesquisadas em sua Gestão Patrimonial.

Contribuindo, desta forma, na promoção de controles mais eficientes do patrimônio público e na expectativa de encontrar mecanismos efetivos que subsidiassem estes controles, com sistema compatível, acessível e de fácil compreensão pelos usuários. Buscando conscientizar o servidor público da importância da área patrimonial e o cuidado que deve ter com o bem público e na homogeneização de procedimentos.

## **2.4 Pesquisa realizada no IFPR e na UFPR**

Como já descrito anteriormente, a Gestão Patrimonial é bastante relevante e complexa, a diversidade e a quantidade de bens utilizados nas mais diferentes atividades e o quantitativo de recursos públicos são consideráveis e necessitam muita atenção, controle e cuidado.

Para embasar a pesquisa, escolheu-se 30 (trinta) respondentes cuja amostragem teve como base o universo de servidores que atuam na área

patrimonial nas Instituições pesquisadas. Foram selecionados 12 respondentes no IFPR, Campus Curitiba, Pinhais e Paranaguá e 18 respondentes na UFPR correspondente a nove por cento dos servidores atuantes na gestão patrimonial do Campus do Centro Politécnico e nos diversos setores ali localizados, que hoje se aproximam ao contingente de duzentos responsáveis pelo controle patrimonial neste *Campus*.

Foi elaborado um questionário com 15 (quinze) perguntas, abertas, que abrangiam os mais diversos aspectos da gestão patrimonial. Esse questionário foi elaborado no aplicativo do *Googleforms* e enviado por meio do e-mail dos pesquisados, possibilitando que expressassem, de forma livre, sua opinião sobre o tema.

No IFPR foram selecionados os Campi: Curitiba representando a Capital do Paraná, Pinhais, representando a Região Metropolitana do Paraná e Paranaguá representando o interior do Estado do Paraná. A gestão patrimonial é descentralizada e a escolha se deu pela localização geográfica destes *Campi*, o que possibilitou a coleta de dados desta amostragem representativa do universo do IFPR.

Quanto à UFPR, optou-se pela escolha do *Campus* Centro Politécnico em função da grande concentração de servidores existente neste local, número de bens móveis e setores. A gestão patrimonial na UFPR é centralizada em um único local, a Unidade de Patrimônio, que promove a Gestão Patrimonial juntamente com Subcomissões de Patrimônio, que são constituídas por meio de Portaria com equipe de Servidores que são responsáveis pelo controle do acervo patrimonial nas diversas unidades da UFPR.

Com o intuito de ampliar o levantamento de dados para a pesquisa, foram realizadas, também, entrevistas não estruturadas e de forma verbal, em visitas ocorridas nos *Campi* do IFPR Paranaguá e Pinhais e *Campus* Curitiba, que foram respondidas por seis servidores responsáveis pelo Setor de Patrimônio nos referidos *Campi*. Na UFPR, a entrevista não estruturada ocorreu com os Presidentes e Vice-Presidentes das Subcomissões de Patrimônio do

Setor Ciências da Terra, Setor de Biologia e Setor de Ciências Exatas e o Setor de Educação Profissional e Tecnológica – SEPT.

Com base nas informações obtidas nas entrevistas não estruturadas, foi possível fazer um comparativo e obter dados relevantes sobre os procedimentos patrimoniais adotados nas Instituições analisadas.

De acordo com as informações verbais, obtidas nas entrevistas com os responsáveis pelo patrimônio no IFPR *Campus* Curitiba, Pinhais e Paranaguá e *Campus* Centro Politécnico da UFPR, os mesmos disseram que muitas são as dificuldades encontradas com relação à Gestão Patrimonial, dentre elas destacaram-se: o entendimento pelos servidores da necessidade e importância que se deve ter com o patrimônio público; falta de conhecimento da legislação sobre o tema; participação dos servidores nos controles dos bens móveis; colaboração com a comissão de inventário ou no caso da UFPR, com as Subcomissões de Patrimônio, no tocante a cuidado, zelo, responsabilidade pelo patrimônio público; localização dos bens durante o inventário, pois acabam sendo movimentados e não existe a comunicação ao Setor de Patrimônio; cooperação dos servidores durante o inventário em permitir que a comissão de patrimônio tenha acesso aos locais.

Segundo os entrevistados, é muito difícil mudar cultura, as pessoas não têm o entendimento e o conhecimento para cuidar do patrimônio, não sabem o porquê devem zelar e muito menos que poderão ser responsabilizados pela falta do cuidado com o bem que está sob sua responsabilidade.

Os entrevistados também informaram que o inventário, em ambas as instituições, é realizado anualmente, com datas previamente estabelecidas, pela Pro Reitoria de Administração no IFPR e Comissão de Gestão Patrimonial na UFPR. No IFPR utilizam o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC para o gerenciamento patrimonial e na UFPR utilizam o Sistema de Administração Patrimonial – SAP. Nestes sistemas são registrados e controlados todos os bens móveis das Instituições analisadas. As compras

são realizadas levando-se em consideração o levantamento de necessidade nas diversas unidades.

## 2.5 Resultados encontrados na pesquisa

A partir da Análise de Conteúdo realizada nas respostas do questionário, que se encontram listadas no Quadro I, elaborou-se seis categorias que serviram como indicadores. Esta categorização permitiu compreensão das respostas fornecidas pelos respondentes pela incidência e semelhança nas respostas, expressando as percepções dos pesquisados sobre o tema Gestão Patrimonial, suas dificuldades, controles, conhecimento e aprimoramentos que deveriam ser implantados, para tornar esta tarefa mais clara e compreensível aos servidores das Instituições analisadas.

**Quadro1** – Análise de conteúdo-Gestão e procedimentos patrimoniais no IFPRena UFPR

CATEGORIAS	Subcategorias	Conteúdo	Perguntas do questionário
1 – Percepção sobre Gestão Patrimonial	DEFINIÇÕES	Conhecimentos que possui Conhecimentos necessários	1. Você sabe o que é gestão patrimonial? 2Qual seu conhecimento de gestão patrimonial? 3Qual seria, na sua opinião os conhecimentos necessários para se realizar uma boa gestão patrimonial em Instituições Públicas?
2 – Aquisições nas IFES	CONTROLES	-Motivação para aquisições -Planejamento -Quem controla -Como controla -Periodicidade dos controles	5. Existe um sistema de gerenciamento de gestão patrimonial na Instituição que trabalha? Se sim, é um sistema eficiente? 9. Existe um responsável pelo controle de material permanente na Instituição? 10. Existe planejamento prévio para eu ocorram as aquisições de material permanente? 11. Quais motivações são necessárias para que as aquisições de bens materiais se efetivem?

			12. Como se processa este controle após a aquisição do material permanente? 13. Qual a periodicidade para a realização do Inventário de material permanente na Instituição?
3 – Dificuldades encontradas	GERENCIAMENTO	-Infraestrutura -Conhecimento - Participação -Treinamento - Sistema adequado ou não	4. Quais as dificuldades encontradas da gestão patrimonial de Instituições Públicas de Educação? 14. Quais são as maiores dificuldades para a realização de um controle patrimonial no âmbito da Instituição?
4 – Percepção sobre Manual de Gestão e Procedimentos Patrimoniais	REGULAÇÃO	-Existência na Instituição -Importância -Padronização -Conteúdo	6. A Instituição possui manual que regulamenta os procedimentos e normas de controle de patrimônio? 7. Os procedimentos de controle patrimonial na Instituição são padronizados? 8. Você acha que seria importante um manual que norteasse os procedimentos, normas e controles para a gestão patrimonial na Instituição?
5 –Percepção sobre aperfeiçoamento gerencial	APRIMORAMENTO	-Institucional -Estrutural - Implementação	15. O que poderia ser melhorado para que a gestão patrimonial fosse mais efetiva?
6 – Comparativo da Gestão Patrimonial	IFPR E UFPR	- Procedimentos - Dificuldades	Considerado as respostas dadas ao questionário separadamente pelos respondentes do IFPR e da UFPR

Fonte: A autora (2019)

O questionário foi respondido por 30 servidores, dentre eles, 15 do gênero feminino e 15 do gênero masculino; todos com nível superior completo

em diversos tipos de graduação; 12 respondentes pertencentes ao quadro de servidores do IFPR e 18 pertencentes ao quadro de servidores da UFPR.

Quanto aos aspectos relacionados à capacitação para exercer as tarefas do setor de patrimônio, observou-se que dos 30 respondentes, apenas 5 participaram de algum curso voltado à área de Gestão Patrimonial, ou seja, aproximadamente 17% (dezessete por cento) dos respondentes. Importante destacar que os servidores pesquisados informaram que os cursos de capacitação foram realizados após o seu ingresso na função de gerenciamento patrimonial.

Portanto, ficou constatado que nas duas instituições pesquisadas o servidor recebe a tarefa de gerir o patrimônio assumindo o setor patrimonial sem nenhum conhecimento prévio sobre o assunto. O Servidor assume a função e com o desenvolvimento das tarefas vai se apropriando sobre a matéria, inicialmente, apenas com a vivência, ajuda de colegas e pesquisa sobre o assunto na internet e na legislação, o que não é garantia, segundo os respondentes, de assertividade nas decisões tomadas.

Observou-se na literatura encontrada e na pesquisa realizada que não existe padronização dos procedimentos patrimoniais, cada Instituição estabelece as normas pelas quais regulará a gestão do seu patrimônio. Diante deste fato o servidor muitas vezes assume esta tarefa na Instituição em que trabalha sem ter o mínimo de conhecimento, o que acaba gerando grande dificuldade em saber se a ação que está tomando está correta e segue os preceitos legais exigidos.

A necessidade por capacitação surge então no decorrer da atividade, quando os problemas e questões vão surgindo e urgem por solução.

Assim, por meio das respostas foi possível delinear a Gestão Patrimonial em seus diferentes aspectos nas Instituições pesquisadas, levando-se em consideração a categorização do Quadro I, descritas a seguir.

### 2.5.1 Percepção sobre Gestão Patrimonial

Considerou-se para esta categoria as respostas dadas às seguintes perguntas: 1. Você sabe o que é gestão patrimonial? 2. Qual seu conhecimento de gestão patrimonial? 3. Qual seria, na sua opinião, os conhecimentos necessários para se realizar uma boa gestão patrimonial em Instituições Públicas? As respostas obtidas demonstraram o nível de conhecimento dos respondentes quanto ao tema.

Observou-se pelas respostas que 100% (cem por cento) dos respondentes sabiam a definição de gestão patrimonial. Quanto as respostas dadas a pergunta 2 (dois), sobre o conhecimento que possuíam sobre gestão patrimonial, 20% (vinte por cento) possuíam conhecimento médio e bom sobre o tema, assuntos relativos à legislação, planejamento e gestão, estudados em cursos realizados; 70% (setenta por cento) disseram possuir pouco conhecimento e 10% (dez por cento) disseram não ter nenhum conhecimento. Na maioria das vezes, conforme informado, somente o conhecimento que absorveram da prática e do dia a dia, trabalhando e executando as tarefas inerentes à função patrimonial.

Percebeu-se também, que os servidores sabiam a definição do tema, no entanto, não em como aplicar este conhecimento nas tarefas diárias do gerenciamento do patrimônio, indicativo que existe aí uma lacuna entre o saber e o fazer, ou seja, como aplicar a teoria na prática da atividade patrimonial. O servidor sabe o que é, mas não consegue vislumbrar em como aplicar efetivamente na função, necessitando treinamento prático destes servidores para a realização desta tarefa.

Quanto às respostas dada sobre o que é necessário conhecer para se realizar uma boa gestão patrimonial, verificou-se que 36,66% (trinta e seis vírgula sessenta e seis por cento) afirmaram que são as normativas e a legislação, 26,66% (vinte e seis vírgula sessenta e seis por cento) disseram

que seria a gestão de bens e os procedimentos e 23,33% (vinte e três vírgula trinta e três por cento) disseram que seria o planejamento e os controles e 6,67% (seis vírgula sessenta e sete por cento) não opinaram sobre o assunto.

Pelo panorama apresentado, percebe-se mais uma vez, que os servidores conseguem definir gestão patrimonial, no entanto, saber disto não é suficiente para que lhe possibilite a execução das atividades patrimoniais na tentativa de realizar um bom trabalho, o saber não significa conseguir aplicar este conhecimento na prática. Como confirmado pelas respostas os pesquisados acreditam ser necessário treinamentos, cursos e palestras constantes, procedimentos e orientações, possibilitando aos servidores executar as funções com tranquilidade, tendo certeza dos procedimentos adotados e na tomada de decisão de forma assertiva e padronizada.

### **2.5.2 Aquisições nas Instituições Federais de Ensino**

Nesta categoria foram consideradas as seguintes perguntas: 5) Existe um sistema de gerenciamento de gestão patrimonial na Instituição que trabalha? Se sim, é um sistema eficiente? 9) Existe um responsável pelo controle de material permanente na sua Instituição? 10) Existe planejamento prévio para que ocorram as aquisições de material permanente? 11) Quais as motivações são necessárias para que a aquisição de bens materiais se efetive? 12) Como se processa este controle após a aquisição do material permanente? 13) Qual a periodicidade para a realização do Inventário de material permanente na Instituição?

O objetivo foi saber o nível de conhecimento que os respondentes tinham sobre os procedimentos adotados nas Instituições em que trabalhavam, sobre às aquisições de bens móveis, as motivações para se comprar, os controles e a periodicidade destes controles.

Quando perguntado sobre o sistema de gerenciamento utilizado nas Instituições, se existia e se era ou não efetivo, todos os respondentes disseram haver um sistema de gerenciamento patrimonial. Totalizando 36,67% (trinta e seis vírgulas sessenta e sete por cento) que não detalharam a respeito do sistema utilizado; 10% (dez por cento) disseram atender à necessidade da Instituição; 23,33% (vinte e três vírgula trinta e três por cento) não atende à necessidade e 30% (trinta por cento) disseram que havia necessidade de aprimoramento do sistema utilizado.

Observou-se, pelas respostas dadas, a existência de um sistema de gerenciamento patrimonial, que precisa ser melhorado para evitar travamentos e instabilidade, tornando-o mais moderno e com melhores ferramentas e recursos, ajudando nos controles e registros dos bens móveis pertencentes ao acervo das Instituições e dando subsídios necessários aos envolvidos na gestão do patrimônio.

Em ambas as Instituições existe um setor responsável pelo gerenciamento do patrimônio, tendo 100% (cem por cento) das respostas afirmativas a esta questão. Quanto as aquisições realizadas, o planejamento e motivações envolvidos, 60% (sessenta por cento) afirmou existir planejamento antecipado para novas aquisições e 73,33% (setenta e três vírgula trinta e três por cento) disseram que este planejamento está baseado nas demandas dos setores cuja necessidade é motivada pela reposição dos bens, obsolescência, dano, modernização. Isto demonstra que existe preocupação e responsabilidade das Instituições nas aquisições de materiais e, conforme os respondentes, com planejamento prévio os recursos são conscientemente utilizados.

Quanto as questões relativas ao conhecimento que os respondentes teriam sobre os procedimentos que são realizados depois que o material permanente é adquirido e a periodicidade destes controles, 40% (quarenta por cento) respondeu que é realizado o registro no Sistema Patrimonial da Instituição com a emissão das etiquetas e assinatura dos respectivos termos de

responsabilidade e apenas 6,67% (seis vírgula sessenta e sete por cento) mencionou o Inventário patrimonial como forma de controle após a aquisição dos bens.

No entanto, 100% dos servidores disseram que a Instituição realiza o Inventário anual dos bens móveis do seu acervo. Os responsáveis pelo gerenciamento patrimonial não estão conseguindo fazer este paralelo, relacionar o controle que existe do bem adquirido com o controle anual deste bem. Observou-se, no entanto, que os respondentes têm noção da necessidade destes controles, com vistas a melhor utilizar os recursos disponibilizados para as Instituições, saber onde e como estão sendo gasto estes recursos.

### **2.5.3 Dificuldades encontradas**

Para este item considerou-se as seguintes perguntas do questionário: 4) Quais as dificuldades encontradas da gestão patrimonial de Instituições Públicas de Educação? 14) Quais são as maiores dificuldades para a realização de um controle patrimonial no âmbito da Instituição?

O objetivo foi averiguar quais os problemas encontrados pelos responsáveis do setor patrimonial no gerenciamento do acervo de bens móveis, tanto os relacionados às Instituições Públicas de Educação de forma geral quanto àqueles enfrentados pelos servidores no dia a dia executando as tarefas relacionadas ao controle patrimonial.

A dificuldade de maior destaque foi relativa aos próprios servidores das Instituições analisadas. Os respondentes afirmaram que não existe engajamento, colaboração, conscientização, interesse por parte dos servidores no tocante a cuidar dos bens públicos e apoiar os respectivos setores patrimoniais para que consigam efetivamente realizar controles mais profícuos e assertivos. Neste ponto, afirmaram os pesquisados que existem servidores

que não dão acesso às salas e laboratórios para que sejam realizados os inventários e controles, existe resistência quanto a receberem os bens sob sua responsabilidade, ou ainda, aqueles servidores que se apropriam do bem como se fossem de sua propriedade, contribuindo também negativamente para que se possam realizar controles mais eficientes.

Atingindo 46,67% (quarenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) das dificuldades encontradas, a falta de colaboração dos servidores demonstra que existe uma lacuna no tocante ao conhecimento sobre os bens públicos e o gerenciamento destes bens. Segundo os respondentes há nesta questão a necessidade de se realizar campanhas de conscientização focadas na necessidade de se cuidar dos bens móveis, expondo as razões e os motivos de forma claras, focadas na legislação, contribuindo com os responsáveis pelo gerenciamento patrimonial, oportunizando que realizem, efetivamente, esta tarefa com mais assertividade.

Outra questão bastante expressiva, com 36,67% (trinta e seis vírgula sessenta e sete por cento) das respostas, foi a dificuldade na localização e movimentação de bens nas Instituições, o que causa muitos dos problemas, redobrando o trabalho no gerenciamento, porque, segundo os pesquisados, os servidores não informam ao setor de patrimônio quando movimentam bens ou quando estes bens acabam se extraviando sem, nem mesmo o detentor da carga patrimonial, saber para onde foi o bem, como foi movimentado, quem fez a movimentação.

Mais uma vez, os respondentes repisaram nesta questão, o conhecimento ainda é o melhor método de reduzir os problemas, conscientização, as razões e motivos que obrigam o cuidado com o patrimônio público, treinamento, além do que, agindo em conformidade com a legislação e tendo o conhecimento necessário, existirá por parte dos servidores mais colaboração no tocante a gestão patrimonial e o trabalho dos responsáveis por este gerenciamento, tornando-a desta forma, mais efetiva e menos estressante.

Embora as instituições pesquisadas, distingam-se pelo tempo de existência, o IFPR com 11 anos e a UFPR com 107 anos desde a criação, observou-se que sendo o IFPR uma Instituição muito mais nova, os problemas encontrados relativos à Gestão Patrimonial são praticamente os mesmos encontrados na UFPR

#### **2.5.4 Percepção sobre o Manual de Gestão e Procedimentos Patrimoniais**

Nesta categoria foram consideradas as respostas dadas as perguntas às seguintes perguntas: 6). A Instituição possui manual que regulamenta os procedimentos e normas de controle de patrimônio? 7). Os procedimentos de controle patrimonial na Instituição são padronizados? 8). Você acha que seria importante um manual que norteasse os procedimentos, normas e controles para a gestão patrimonial na Instituição?

Analisou-se nesta questão se as Instituições possuíam manual de procedimentos patrimoniais, se os procedimentos eram padronizados e se os respondentes achavam importante a existência de um manual como orientador de normas e procedimentos.

De acordo com as respostas, 100% (cem por cento) dos respondentes disseram ser importante um manual que norteasse e orientasse os procedimentos patrimoniais. Segundo os pesquisados, um manual facilitaria a busca de informações, padronizaria procedimentos, trazendo clareza a todo o processo, além de auxiliar novos servidores quando ingressam na Instituição sobre as variadas questões sobre patrimônio público, além de que, também, seria um norteador para aqueles servidores que assumem a função patrimonial, porque teriam à mão, um instrumento orientador sobre estas questões.

Quanto a padronização de procedimentos e a existência de um manual nas Instituições, 63,33% (sessenta e três vírgula trinta e três por cento) dos

respondentes afirmaram existir, no entanto pelas respostas dadas, não houve conclusão quanto a realmente se tratar de um manual, embora a maioria respondesse que existe padronização dos procedimentos, 30% (trinta por cento) responderam que a Instituição possui uma resolução ou instrução interna, e 36,67% (trinta e seis vírgula sessenta e sete por cento) disseram que os procedimentos ainda não são padronizados ou são inexistentes.

### **2.5.5 Percepção sobre o aperfeiçoamento gerencial do patrimônio**

Análise das respostas dadas à pergunta: O que poderia ser melhorado para que a gestão patrimonial fosse mais efetiva?

O objetivo foi investigar, com este questionamento, qual seria a percepção que os respondentes teriam diante da realização das tarefas inerentes ao setor de patrimônio que pudessem efetivamente trazer melhorias no gerenciamento patrimonial nas Instituições analisadas e que trouxessem resultados mais eficientes e assertivos.

Diante das respostas, 53,33% (cinquenta e três vírgula trinta e três por cento) relataram problemas com pessoal. No tocante a este item, os respondentes foram enfáticos diante da questão já relatada nas respostas dadas, reportando que os servidores deveriam ser mais colaborativos, participativos e comprometidos nos controles e cuidados com o patrimônio. Esta dificuldade, já apresentada, foi recorrente, aparecendo nas respostas em vários momentos. Capacitação, qualificação, palestras e cursos foram sugestões dadas para que os servidores comesçassem a se conscientizar a respeito deste trabalho, tornando-o mais eficaz e colaborativo.

Outro apontamento, neste item, foi relacionado ao sistema operacional, 20% (vinte por cento) dos respondentes disseram que deve ser aperfeiçoado e melhorado, pois é uma ferramenta primordial para que os controles possam ser bem realizados. Segundo os pesquisados, esta ferramenta deveria ser menos

burocrática, que trouxesse resultados confiáveis e que fosse de simples manuseio. A padronização e sistematização dos procedimentos também teve seu foco, 26,67% (vinte e seis vírgula sessenta e sete por cento) dos respondentes disseram que a padronização é necessária, pois facilitaria o acesso mais rápido às informações, com mais treinamentos, cursos e palestras, para expandir o conhecimento a todos os servidores e usuários dos bens públicos da importância e necessidades de se cuidar do patrimônio público, além de auxiliar o servidor que assume a função de gerir o setor patrimonial.

#### **2.5.6 Comparativo da Gestão Patrimonial no IFPR e na UFPR.**

Neste tópico foram analisadas as respostas dadas pelos pesquisados do IFPR e da UFPR, comparando e identificando nos procedimentos os pontos convergentes e os pontos divergentes na gestão do patrimônio nestas Instituições.

- Em ambas as Instituições definiram o que é Gestão Patrimonial
- Os servidores sabem muito pouco sobre a aplicabilidade da teoria sobre a prática quando enfrentam os problemas nas tarefas diárias.
- Para se gerir o patrimônio público, responderam que é importante conhecer a Legislação, normativas, procedimentos, deve haver planejamento das ações, controles mais efetivos, treinamento, capacitação.
- No IFPR os servidores afirmaram encontrar dificuldade no entendimento da Legislação e das normativas existentes sobre patrimônio público, mas, que no tocante aos demais questões, existe um gerenciamento mais elaborado e organizado. Já na UFPR há uma grande lacuna neste quesito, de acordo com os respondentes, o tempo de vida da Universidade e a tardia aplicação das normas e procedimentos

patrimoniais foram indicadores das dificuldades encontradas na tarefa de gerir patrimônio público nesta Instituição.

- Existe em ambas as Instituições um sistema informatizado de controle patrimonial, no entanto, ambas enfaticamente disseram que existe a necessidade de aprimoramento desta ferramenta. Os servidores do IFPR destacaram os contínuos travamentos que acabam atrapalhando a tarefa de registros e acesso aos relatórios do sistema. Na UFPR, tendo em vista a antiguidade do sistema informatizado utilizado, há urgência no aperfeiçoamento desta ferramenta, tornando-a mais eficiente, de fácil manuseio e entendimento, permitindo obter as informações mais precisas e com maior rapidez.
- Existe em ambas as Instituições pesquisadas o responsável pelo gerenciamento patrimonial.
- O Planejamento das aquisições é motivado pela necessidade.
- O conhecimento é superficial quanto ao procedimento que ocorre com o material após a aquisição. Os servidores têm conhecimento que os bens são cadastrados no sistema informatizado da Instituição, que precisam ser identificados por meio de etiqueta numérica e que é necessária a assinatura no Termo de Responsabilidade do material pelo servidor que será o detentor da carga, tendo como o Inventário anual dos bens do acervo da Instituição, uma forma de controle dos bens móveis.
- Foram apontadas nas duas Instituições dificuldades no gerenciamento e controle dos bens, como: servidores não colaborativos no auxílio e no controle patrimonial, não veem como sendo de sua responsabilidade este cuidado; conhecimento superficial das normas e procedimentos internos e da Legislação existente; resistência de alguns servidores em aceitar bens móveis em sua responsabilidade e conseqüentemente, não assinando os Termos de Responsabilidade; como já mencionado, problemas existentes no sistema informatizado da Instituição. Na UFPR foi bastante enfatizado a dificuldade de localização dos bens nas

unidades, isto baseado, segundo os respondentes, na antiguidade da UFPR e tardia aplicação das normas e legislação patrimoniais na Instituição, gerando um grande volume de bens não localizados. No entanto, no IFPR, embora seja uma Instituição mais nova, os problemas relativos à localização dos bens também se tornam um agravante no gerenciamento dos bens da Instituição. Nas duas Instituições há a reclamatória da movimentação de bens sem o prévio aviso ao Setor de Patrimônio, o que dificulta muito esta tarefa de controle e localização dos materiais

- De acordo com os respondentes, existe em ambas as Instituições um Manual de Gestão Patrimonial.
- No entanto, esta informação se contrapõe à falta de conhecimento alegada pelos servidores que tem como tarefa o controle patrimonial nas Instituições analisadas, tendo em vista que, em vários momentos, enfatizaram a necessidade de treinamento, de procedimentos e normativas para levar ao servidor as informações necessárias com o cuidado dos bens e razões que o obrigam como servidor o controle deste material.
- Ambas as Instituições frisaram a importância de se ter um Manual de Procedimentos e Gestão Patrimonial, com o intuito de padronizar procedimentos, normatizar e orientar todos os servidores que têm como tarefa a gestão patrimonial, bem como, os demais servidores da Instituição que utilizam de bens móveis para a realização de suas atividades laborais. O conhecimento contribui, segundo os pesquisados, na realização da tarefa a eles designada, o de gerir o patrimônio público.
- Quanto às melhorias que deveriam ser adotadas para aperfeiçoar a gestão patrimonial na Instituição, ambos apontaram para necessidade de realização de treinamentos, curso de capacitação, palestras, para fortalecer a importância de se cuidar dos bens públicos.

- A padronização e sistematização dos procedimentos foram tópicos convergentes nas Instituições, pois, segundo os respondentes, auxiliará os responsáveis no gerenciamento do patrimônio na tomada de decisão, bem como realizar melhorias e aprimorar o sistema informatizado de controle patrimonial.
- A elaboração de um Manual de Gestão e Procedimentos Patrimoniais tornaria possível a tomada de decisão e a padronização de métodos e metodologia.

Cabe destacar, que em ambas as Instituições, observadas as respostas dos pesquisados, existem muitos problemas quando se trata de bens móveis, exigindo dos gestores, dos servidores e demais usuários dos bens públicos mais atenção e enfoque, permitindo um melhor gerenciamento pelos servidores responsáveis por administrar o bem móvel, objetivando mais fluidez e assertividade na tomada de decisão e dos controles.

### **3 Considerações e Perspectivas**

Inúmeras dificuldades foram relatadas pelos respondentes quanto ao gerenciamento do patrimônio público. Embora se compreenda que a Gestão Patrimonial é, ainda, um tema muito recente no âmbito das Instituições Públicas de Ensino, está se encaminhando para que este processo tenha um olhar mais atencioso dos gestores, é um caminho de difícil acesso e compreensão para os servidores das Instituições pesquisadas, trabalho este, que apenas começou.

Observou-se pela análise que a cultura enraizada nos usuários do patrimônio público com a falta de cuidado ou o descaso, a falta de cooperação e o comprometimento dos servidores é um grande obstáculo encontrado pelos responsáveis no gerenciamento patrimonial nestas Instituições. Fato este bastante evidenciado nas respostas dadas pelos pesquisados.

A dificuldade em gerenciar o patrimônio público existe em ambas as Instituições, embora a diferença de tempo de vida, pois a UFPR é muito mais antiga, observou-se que os problemas e dificuldades se assemelham entre elas. As diferenças encontradas não se distanciam muito, demonstrando que resta ainda muito trabalho pela frente para que se dê a devida importância na tarefa de gerenciamento do patrimônio público.

Foi unânime entre os pesquisados em enfatizar que são importantíssimos cursos, palestras, treinamentos e capacitação constante dos servidores para que percebam a necessidade de prestar contas dos bens, pois além dos controles realizados nas Instituições, que são necessários para se dimensionar o acervo, ainda existe o ordenamento legal que obriga a execução desta tarefa. Esta prática depende muito da coesão de ideias e o esforço conjunto de todos os atores envolvidos, estabelecer métodos e metodologias, padronizar procedimentos, organizar o setor responsável pelo patrimônio e a compreensão deste processo todo.

Regular os procedimentos patrimoniais em Instituições Públicas de Ensino requer muito esforço de todos os agentes envolvidos, gestores, servidores, alunos e usuários dos bens públicos, para a implantação de mecanismos que oportunizem controles mais eficazes, melhorando sistemas informatizados, conscientizando as pessoas envolvidas que é de suma importância zelarem pelos bens móveis, pois isto possibilitará às Instituições Federais de Ensino manterem sua missão de educar e sua infraestrutura patrimonial regularmente funcionando.

## REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Diogo Duarte. **Manual de controle patrimonial nas entidades públicas**. 1ª Ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2013.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

**Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, PR, v. 6, n. 1, 110, jan./jul. 2021.

BERNARDES, José Francisco. **Administração patrimonial nas instituições públicas federais no contexto da gestão do conhecimento.** Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2009.

BIAZON, Victor Vinicius; SILVA, Priscila Pereira Florentino. **Fundamentos da administração de recursos materiais e patrimoniais na gestão pública – estudo sobre o funcionamento da secretaria da agricultura e do abastecimento – SEAB – de Paranavaí – Pr.** II Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – II CONAPE Francisco Beltrão/PR, 02, 03 e 04 de outubro de 2013.

COUTINHO, José Roberto de Andrade. **Gestão patrimonial na administração pública.** Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2005.

FRANCCISCHINI, Paulino G.; GURGEL, Floriano do Amaral. **Administração de materiais e do patrimônio.** 1ª Ed. São Paulo. Editora Thomson Pioneira, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Portal da informação.** Disponível em: <[ifpr.edu.br/](http://ifpr.edu.br/)>. Acessado em 25/05/2020.

LIMA, Regina Célia; SILVA, Adriano William; SILVA, Frederico Fonseca. **A formação de tecnólogos em gestão pública no IFPR e na UFPR, uma análise comparativa focada na gestão patrimonial.** Artigo. Revista Mundi – Sociais e Humanidades. Curitiba, PR, v.4, n.1, 55, jan/jul, 2019.

LIMA, Regina Célia. **Gestão patrimonial: elaboração de um produto educacional de regulação de bens móveis.** Dissertação de Mestrado. Instituto Federal do Paraná - IFPR. Curitiba-Pr, 2019. 251p.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

MATIAS, Anderson Cortez. **Gestão patrimonial: contribuição para o controle de bens móveis na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. João Pessoa, 2015. 116 pg.

SANTOS, Gerson. **Gestão patrimonial.** 4ª ed. Florianópolis: Secco, 2012.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos.**

Artigo. Qualit@s Revista eletrônica ISSN 16774280 Vol.17. nº 1, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. (UFPR). **Histórico.** Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/historico-2>. Acessado em 25/05/2020.